

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Política do Mar

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Maria Inês Gameiro

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 4

Contacto do docente: maria.ines.gameiro@gmail.com

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

A disciplina visa dar a conhecer aos estudantes o conceito e objeto da política do mar e o seu papel no desenvolvimento sustentável económico, ambiental e social nacional, regional e internacional. A disciplina permitirá aos estudantes compreender o carácter interdisciplinar da política do mar e as diferentes áreas de convergência. Pretende-se ainda que os estudantes conheçam o processo de avaliação que antecede a seleção das opções que condicionam a política do mar e a escolha do modelo de desenvolvimento e os respetivos domínios de intervenção. Outro dos objetivos da disciplina consiste em identificar as complexidades em torno da implementação da política do mar e da necessidade de se criarem os respetivos mecanismos de controlo, nomeadamente, no que concerne ao impacto económico e à gestão dos meios humanos, materiais e financeiros disponíveis.

3 – PROGRAMA

Os conteúdos programáticos permitem aos estudantes a familiarização com as noções fundamentais da política do mar enquanto instrumento de governação e as suas respetivas vicissitudes, nomeadamente, ambientais, sociais e económicas. Por seu turno, o estudo dos processos de decisão e dos diferentes regimes nacional, comunitário e internacional aplicáveis à política do mar permitirá aos alunos ter contacto com o respetivo enquadramento jurídico e identificar as várias

complexidades destes regimes relativamente aos direitos e obrigações dos Estados no mar e a sua articulação com as políticas relativas ao espaço terrestre.

1. Introdução – *A Governação do Mar*
2. O mar como um espaço de política(s)
3. Conceptualização e evolução da política do mar
 - 3.1. A política do mar em Portugal
 - 3.2. A política do mar da União Europeia
 - 3.3. A política do mar global
 - 3.4. A política do mar regional
4. A formação e as fontes da política do mar
 - 4.1 Os sujeitos da política do mar
 - 4.1.1 Os Estados
 - 4.1.2 As organizações internacionais
 - 4.1.3 Outros atores
 - 4.2 Recentes desenvolvimentos de *soft-law* e *hard-law*
 - 4.3 Enquadramento jurídico da política do mar
 - 4.3.1 Ordenamento jurídico português
 - 4.3.2 Direito Europeu
 - 4.3.3 Direito do Mar
5. O Oceano Atlântico como espaço geoestratégico para Portugal
6. Os mares lusófonos
7. A articulação de políticas no mar e mar-terra
8. O ordenamento e a gestão do espaço marítimo nacional
9. A extensão da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas
10. A conservação da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional
11. Análise económica e os recursos disponíveis
12. Os meios de implementação, monitorização e revisão da política do mar

4 – BIBLIOGRAFIA

- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional: Enquadramento e Legislação*, Quid Juris, 2016
- BECKER-WEINBERG, Vasco, “Plataforma Continental”, in: *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Nuno Canas Mendes, Francisco Pereira Coutinho (org.), Dom Quixote: Lisboa, 2014, pp. 391-395.
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Offshore Hydrocarbon Deposits and the Law of the Sea*, Springer Verlag (2014)
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional: Enquadramento e Legislação*, Quid Juris (2016)

BECKER-WEINBERG, Vasco, *Portugal's legal regime on marine spatial planning and management of the national maritime space*, in: *Marine Policy*, v. 61 (Novembro 2015)

CHURCHILL, Robin R. / LOWE, Alan V. *The Law of the Sea*, 3ª edição, Manchester University Press (Manchester: 1999)

COMISSÃO EUROPEIA, Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, *International Ocean Governance: an agenda for the future of our oceans*, SWD(2016) 352 final, 10.11.2016

EPUL/FÓRUM PERMANENTE DOS ASSUNTOS DO MAR/FÓRUM EMPRESARIAL DA ECONOMIA DO MAR, *Náutica de Recreio em Portugal, Um Pilar do Desenvolvimento Local e da Economia do Mar, Propostas de Actuação e Planos de Acção* [online: <http://www.fem.pt/Documentos/nautica%20de%20recreio.pdf>]

GOLITSYN, VLADIMIR, "Major Challenges of Globalisation for Seas and Oceans: Legal Aspects", in Davor Vidas (ed.), *Law, Technology and Science for Oceans in Globalisation*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2010, pp. 59-73.

GONÇALVES, M. E., GAMEIRO, M. I., "Marine scientific research in the EEZ and on the continental shelf: Portugal's input to UNCLOS, and experience in addressing foreign research entities' requests for access", in M. J. Bebianno, J. Guerreiro, T. Carvalho, M. I. Gameiro, *Sustainable Development of the Ocean: A Necessity*, Faro: University of Algarve, 2018, pp. 79-108.

MARQUES GUEDES, Armando M., *Direito do Mar*, 2ª edição, Coimbra Editora (Coimbra, 1998)

MARTINS, J.P. Oliveira, *Portugal nos Mares - Ensaios de Crítica, História e Geografia* (Livraria Editora/ Parceria António Maria Pereira. Lisboa 1924)

NORONHA, Francisco, *O Ordenamento do Espaço Marítimo*, Almedina (2014)

Ocean Governance: Sustainable Development of the Seas, edited by Peter Bautista Payoyo (United Nations University Press: Tokyo, New York, Paris, 1994)

PEREIRA, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*, (Oficinas Gráficas da Sociedade Nacional de Tipografia/Livraria Morais. Lisboa, 1932/1941)

ROTHWELL, Donald R. e STEPHENS, Tim, *The International Law of the Sea*, Hart Publishing, 2010

ROTHWELL, Donald R., Alex G. Oude Elferink, Karen N. Scott, and Tim Stephens (eds.), *The Oxford Handbook of the Law of the Sea*, Oxford University Press, 2015.

SAER, *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa* (SAER/ACL, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009)

TANAKA, Yoshifumi, "Zonal and integrated management approaches to ocean governance: reflections on a dual approach in international law of the sea", in: 19-4 *International Journal of Marine & Coastal Law* (2004), pp. 483-51

TANAKA, Yoshifumi, *A Dual Approach to Ocean Governance: The Cases of Zonal and Integrated Management in International Law of the Sea* (The Ashgate International Law Series: Surrey, Burlington, 2008);

5 - LEGISLAÇÃO

5.1. Legislação nacional

Lei n.º 17/2014, de 10 de abril

Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março

Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro

5.2 Legislação e documentação comunitária

[http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/index_pt.htm]

5.3 Legislação internacional

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

6 - JURISPRUDÊNCIA

N/A

7 - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As aulas assentam no diálogo permanente com os alunos através do qual o docente apresentará e fará uma análise detalhada dos temas e das respetivas complexidades, tendo em vista estimular a discussão, sobretudo, em torno das principais questões e das possíveis opções. Para o efeito, os alunos, com base em meios de investigação independente, nomeadamente, através da *Internet*, devem ser capazes de demonstrar a razoabilidade e suficiência lógica das opções defendidas ao nível nacional, regional e internacional.

A avaliação será efetuada com base na participação nas aulas e nos trabalhos finais escritos e receptiva apresentação oral. Os temas dos referidos trabalhos serão propostos pelos alunos e previamente aprovados pelo docente. A nota final corresponde à nota no trabalho escrito, com a ponderação da nota da apresentação oral do trabalho escrito e da participação nas aulas.